Apresentação

Por volta de abril de 2011, fui incumbida pelo Procurador Geral do Estado de atender a uma reunião com o Secretário Executivo do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas, na qual recebi a seguinte solicitação: a participação de Procuradores do Estado em todas as etapas de estruturação dos projetos de PPPs do Governo do Estado de São Paulo.

O expressivo número de projetos já inseridos no Programa de PPPs do Estado fez com que o convite se transformasse imediatamente num enorme desafio, e foi com muitas dúvidas e incertezas que iniciamos os trabalhos.

A tarefa foi e tem sido muito árdua. Os colegas das Consultorias Jurídicas estão, em regra, absolutamente tomados pelos problemas diários que lhes são submetidos e sem disponibilidade de dedicação exclusiva ao tema. Por outro lado, a participação na elaboração de projetos de PPPs é muito rica e traz ensinamentos necessários ao acompanhamento desses contratos no futuro, que ficarão a cargo das Consultorias Jurídicas. Em adição, entendemos extremamente necessário o compartilhamento das informações e conhecimentos entre o maior número possível de colegas.

Após um período inicial de acompanhamento dos projetos, que foi muito útil e necessário para um aprendizado inicial e identificação dos pontos mais críticos, sugerimos a criação de um Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre Parcerias Público-Privadas, que veio a ser instituído pela Resolução PGE nº 72, de 5 de dezembro de 2011, com o propósito de: a) identificar e discutir as questões jurídicas relevantes ligadas ao tema; b) buscar o aperfeiçoamento do conhecimento através de estudos e pesquisas aplicados ao desenvolvimento da matéria; e c) produzir relatórios e apresentar trabalhos de difusão do conhecimento do assunto, consolidando as experiências da PGE no âmbito dos projetos.

Durante o ano de 2012 foram realizadas atividades de cunho teórico, em especial uma série de palestras e seminários, acerca dos seguintes

temas: “Esclarecimentos quanto ao Programa de Parcerias Público-Privadas no Estado de São Paulo” (palestra proferida pela colega Cláudia Polto da Cunha), “Conceitos econômicos e financeiros necessários à compreensão de projetos de PPP” (palestra com o economista Flávio Chevis), “Alternativas de desoneração financeira e tributária nos projetos de PPP” (palestra com o Procurador do Estado Mário Engler Pinto Jr.), “Regime Diferenciado de Contratação – RDC” (curso promovido pelo Centro de Estudos da PGE, com a participação de Vera Cristina Caspari Monteiro e dos Procuradores Mário Engler Pinto Jr. e Nivaldo Munari), “PPP - Sistema Produtor São Lourenço” (com representantes da SABESP e Rosane Menezes Lohbauer); Seminário sobre PPPs: “Diretrizes dos contratos de parceria público-privadas” (Mário Engler Pinto Jr.), “O equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão” (Maurício Portugal Ribeiro) e “Extinção dos contratos de concessão” (Lucas Navarro Prado).

Em março de 2013 facultamos a participação de novos interessados no Núcleo e, uma vez consolidado o conhecimento básico sobre o tema, demos início à fase de desenvolvimento de trabalhos.

Nosso objetivo principal nessa etapa foi conduzir um estudo aprofundado de algumas cláusulas dos editais e dos contratos de concessão, identificadas como “cláusulas básicas”, que constam de todos os editais e contratos. A partir do estudo da lei, da doutrina e da análise comparativa de vários editais já publicados em todo o país, os colegas foram incumbidos de identificar as melhores práticas e produzir uma cláusula modelo a ser utilizada, com as devidas adaptações para cada situação concreta, nos editais em estudo e próximos que virão.

O resultado desses estudos foi surpreendente e nos levou a extrapolar o intuito inicial de compartilhamento de conhecimento entre os colegas, almejando, agora, dividi-lo com outros profissionais da área jurídica que, igualmente, enfrentam o desafio constante de identificar qual o melhor direito aplicado nos complexos editais e contratos de concessão.

Os leitores poderão constatar que o foco central dos trabalhos não foi o desenvolvimento de estudos acadêmicos e, sim, o aprofundamento de problemas concretos com os quais os Procuradores do Estado se deparam nesse trabalho de assessoramento da Administração Pública.

Em alguns temas foi possível concluir pela indicação de uma cláusula modelo, enquanto em outros, as peculiaridades de cada projeto impediram recomendar a padronização.

Embora as conclusões alcançadas nos trabalhos não possam ser ainda alçadas à condição de entendimento institucional da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, por não terem sido submetidas à análise das instâncias superiores, constituem um riquíssimo material de consulta para os operadores do direito que atuam nessa nova e incerta área do direito da infraestrutura, especialmente nas questões envolvendo a elaboração do edital e minuta de contrato.

Esperamos que o nosso objetivo tenha sido alcançado. Os artigos que compõem a presente revista são o produto de grande dedicação dos colegas que, com muito entusiasmo, desenvolveram essa atividade sem qualquer prejuízo de suas bancas e pareceres pendentes. É a cada um deles que vai o meu agradecimento!

CRISTINA MARGARETE WAGNER MASTROBUONO

Procuradora do Estado Assessora

COORDENADORIA DE EMPRESAS E FUNDAÇÕES